

AS AÇÕES DO EMPRESARIADO NA APROVAÇÃO DO NOVO ENSINO MÉDIO

Nelma Bernardes Vieira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
nelma.vieira@ifrrj.edu.br

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as ações do empresariado na educação pública brasileira. Compreendemos que sempre houve a interferência do empresariado na formação humana da classe trabalhadora, mas essa atuação se intensificou a partir da década de 1990, com a reforma do aparelho do Estado, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1999/1999-2002). A publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) propiciou uma reforma já pelo modelo gerencialista, novo modelo de gestão da educação. A partir dessas análises, estabelecemos como objeto de estudo as ações do empresariado na reforma do ensino médio, realizada no governo Temer, que teve início formal via medida provisória nº 746/2016, aprovada na forma da lei nº 13.415/2017, seguida das novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DNE-EM) e a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM).

A investigação faz parte de uma pesquisa de doutoramento que busca compreender as formas de atuação do empresariado na aprovação do novo ensino médio. A relevância do tema se deve ao fato que há uma forma de privatização em curso na educação pública brasileira, em que os empresários não desejam acabar com o Estado, mas diminuir os recursos públicos destinados à educação, para direcioná-los à propagação do capital.

Entendemos que o objetivo do empresariado é propiciar uma formação humana cada vez mais fragmentada, interessada, aligeirada e esvaziada de conteúdo aos filhos da classe trabalhadora. Dessa forma, baratear a força de trabalho para ampliar a superexploração e, ao mesmo tempo, disciplinar os jovens da classe trabalhadora. Assim, busca formatar um novo conformismo, pois esses sujeitos serão inseridos no mundo do trabalho precário, enxuto, flexível e expropriados de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa básica, de análise qualitativa, de caráter explicativo, que se enquadra na categoria de uma pesquisa documental, tomando por base artigos científicos e a nova legislação.

Do ponto de vista teórico, autores renomados, como Motta (2020), Leher (2017) e Shiroma (2018) apontam que vivenciamos um empresariamento na educação de novo tipo e que a formação humana para além do capital está em risco.

DESENVOLVIMENTO

Partimos da compreensão de que o capital é um modelo de reprodução social que, para se manter vivo, necessita se desenvolver de forma expansionista, globalizada e o seu sistema metabólico assume uma estrutura cada vez mais complexa. Quando o capital não consegue se expandir e manter a taxa de acumulação, ocorrem as crises. Essas crises são próprias do modelo de reprodução capitalista. Para Harvey (2002), desde o final dos anos de 1960 e início de 1970, o capitalismo vive uma crise, que gera dificuldades para a burguesia de manter ou ampliar sua taxa de lucro.

Para a retomada da sua acumulação, a burguesia se utiliza de duas frentes. No campo estrutural, lança mão de uma ampla reestruturação produtiva, por meio da flexibilização do trabalho e da produção, tornando-o enxuto e flexível. No desenvolvimento histórico, passando do regime de acumulação taylorista-fordista ao regime de acumulação toyotista. No campo superestrutural, a recomposição se materializa por meio da reforma do Estado, na redefinição do seu papel, tendo como propósito principal a reorientação do uso do fundo público. Assim, utiliza-se a reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classes e políticas neoliberais (SOUZA, 2015).

Nos últimos anos, a crise orgânica do capital entrou em uma nova fase de expansão, na qual a economia deixa ser baseada exclusivamente na produção de mercadorias e volta-se para o mercado financeiro. Assim, vemos grandes grupos financeiros envolvidos no sistema educacional brasileiro.

As políticas educacionais de países periféricos, como o Brasil, sofrem interferências dos empresários, de grupos financeiros e dos organismos internacionais. Para atingir os seus objetivos, essas frações da burguesia investem cada vez mais nos aparatos ideológicos e, com isso, a consolidação do consenso. As parcerias realizadas entre as frações da burguesia e os organismos

internacionais não são imposições desses organismos, mas articulações que beneficiam o capital (local, regional, nacional, mundial).

Os empresários vinham defendendo no Congresso Nacional uma reforma do ensino médio desde 2012. O grupo liderado pelo Todos Pela Educação (TPE), a Fundação Lemann e o Instituto Ayrton Senna dominaram a discussão sobre a reforma do ensino médio e a construção da BNCC, conseguindo silenciar os grupos representantes dos educadores brasileiros. Defenderam na mídia a mudança na legislação educacional, propalando o discurso de que o ensino médio não atende aos interesses dos jovens. Macedo e Lamosa (2015) revelam que esse grupo passou a se autoproclamar os salvadores da escola, mas seus reais interesses estão na formação do trabalhador de novo tipo.

O TPE tem atuado na formulação, consolidação e implementação das políticas educacionais desde o governo Lula. O presidente do Conselho de Governança do TPE, Jorge Gerdau Johannpeter, foi assessor da presidente Dilma Rousseff. Outros membros desse movimento estiveram tanto na Secretaria de Educação Básica do MEC e no Conselho Nacional de Educação (CNE), no governo Rousseff.

Para compreendermos o papel desempenhado pelos empresários na reforma do ensino médio, realizada no governo Temer, definimos o contexto sócio-histórico a partir de 2005, pois nesse período foi criado o grupo Todos pela Educação. A partir disso, as ações do empresariado se tornaram mais orgânicas, pois os componentes desse grupo atuam como intelectuais coletivos do capital.

O TPE tem conseguido êxito nas políticas educacionais, fruto da sua atuação orgânica, mas também resultado de duas estratégias: a organização em rede e os conhecimentos técnicos e de comunicação (MARTINS; KRAWCYK, 2018).

A organização em rede funciona da seguinte forma: os sócios fundadores do TPE atuam simultaneamente, em vários espaços. Tanto na sociedade civil, junto a empresários de diversos setores, inclusive o terceiro setor, e na sociedade política, junto aos membros ocupantes de cargos públicos dos diversos níveis. Os sócios fundadores se dividem para ocupar importantes cargos: tanto do CNE, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, presidência do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), assessores presidenciais e até o cargo de ministro da Educação.

RESULTADOS/CONCLUSÕES

Compreendemos que a capacidade de articulação dos empresários e dos aparelhos privados de hegemonia na reforma do ensino médio foi exitosa. As organizações acadêmicas se manifestaram contrárias à reforma. Assim, a classe trabalhadora está em desvantagem, mas houve e há resistência nessa correlação de forças entre as classes e frações de classes sociais que se colocam em luta.

REFERÊNCIAS

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 22. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

LEHER, R.; VITTÓRIA, P.; MOTTA, V. C. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. v. 9, n. 1, p. 14-24, abr. 2017.

MACEDO, J.; LAMOSA, R. A regulação do trabalho docente no contexto da Reforma Gerencial da Educação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 2, p. 133-152, jul./dez. 2015.

MARTINS, E. M.; KRAWCZYK, N. R. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento “Todos Pela Educação”. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674>. Acesso em: 6 ago. 2021.

MOTTA, V. C.; ANDRADE, M. C. Empresariamento da educação de novo tipo: mercantilização, mercadorização e subsunção da educação ao empresariado. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, v. 1, n. 1, p. 64-86. jan./jun. 2020.

SHIROMA, E. O. Gerencialismo e formação de professores nas agendas das Organizações Multilaterais. **Momento: Diálogos em Educação**, v. 27, n. 2, p. 88-106, mai./ago. 2018.

SOUZA, José dos Santos. A formação do trabalhador no contexto da reconfiguração do trabalho, da produção e dos mecanismos de mediação do conflito de classe. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 10, n. 20, p. 273-290, jul./dez. 2015.